



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
CÂMARA TÉCNICA DE BIODIVERSIDADE

Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 451 – Ed. Petro Tower – Sala 1601, - Bairro Enseada do Suá - Vitória
- CEP 29050-335

Telefone: 2732224775

ATA DA 30ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE,
REALIZADA EM 22 E 23 DE JANEIRO DE 2019

Aos dias vinte e dois e vinte e três do mês de janeiro de 2019, às 09:00 horas, deu-se início à 30ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade (CTBIO), instituída pela Deliberação nº 07 de 11 de julho de 2016, do Comitê Interfederativo - CIF, por força do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta entre a União, Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, autarquias federais e estaduais e com a SAMARCO Mineração S.A., VALE e BHP BILLITON BRASIL LTDA – TERMO, no âmbito da Ação Civil Pública nº 69758-61.2015.4.01.3400. A reunião ocorreu nas dependências da sede da Fundação Renova, em Belo Horizonte/MG, e por videoconferência para demais membros, com a participação dos representantes das instituições indicadas nas listas de presença em anexo. A reunião teve início com apresentação dos itens de pauta, feita pelo analista do ICMBIO, Sr. Leandro Pereira Chagas, e apresentação dos membros.

Em relação aos informes gerais, o Sr. João Carlos, coordenador da CTBIO, relatou do tema Área Ambiental 1, que foi muito discutido em 2018 e levado para as outras CT's avaliarem internamente, a CTBIO deve ter um parecer. Informou da necessidade de realização de uma nova reunião intercâmara para que a Renova finalize os trabalhos e o tema seja levado ao CIF. Informou ainda que os prazos devem ser mais extensos para serem cabíveis de serem cumpridos e para que as pautas sejam levadas ao CIF em tempo hábil. O Sr. Leandro Chagas informou que a forma de trabalho definida pela CTBIO em 2017 foi por meio de definição de pontos focais para cada cláusula e esses pontos devem ser repactuados. Na mesma linha, o Sr. João Carlos informou que as representações ainda não estão bem definidas e que esse ano a Renova disponibilizará uma melhor estrutura de auxílio para as CT's. O Sr. Carlos Cenachi, representante da Fundação Renova, informou que a gerenciadora está em fase final de contratação e provavelmente será a mesma que auxiliará os atingidos, informando que o Plano de Trabalho está previsto um planejamento mais detalhado com cada CT. O Sr. Leandro Chagas colocou que para as próximas reuniões, cada ponto focal deverá trazer um follow-up sobre as cláusulas que acompanham. O Sr. João Carlos informou que os próximos meses serão de reorganização, que existem trabalhos bastante atrasados e a sociedade cobra respostas imediatas. Informou ainda que todos estão em um compasso de espera, que o orçamento da Renova ainda não foi aprovado no CIF, que ocorreram vários atrasos e que estamos em um momento de transição, pedindo a compreensão de todos. O Sr. Leandro Chagas sugeriu encaminhamento de quando se tiver uma clareza dos representantes e diretores dos órgãos que compõem a CTBIO/CIF, a coordenação câmara organizará uma reunião extraordinária para tratar do novo fluxo e organização interna da CT, já com os novos representantes. O Sr. Bruno Pimenta, representante da Renova, solicita a correção da data da 32ª Reunião Ordinária da CTBIO no site do CIF, que acontecerá nos dias 07 e 08 de março de 2019, informando da realização de uma Oficina em Governador Valadares no dia 07 de março. Foi discutido sobre a importância da CT-BIO/CIF em articular com o Ministério Público em esclarecer as intenções deste quanto aos estudos que andam desenvolvendo paralelamente. O encaminhamento foi de que a coordenação da CT-BIO/CIF procurará essa explicação junto ao Ministério Público.

Em relação ao item 1.1 de pauta - Informes gerais sobre a Cláusula 164, o Sr. Bruno Pimenta informou que o relatório de monitoramento da ictiofauna e insetos aquáticos foi protocolado no dia 22 de outubro de

2018, informou também que a instituição que irá avaliar o estado de conservação das espécies nativas está em processo de contratação, com previsão de conclusão das contratações para o final de janeiro de 2019. O Sr. Leandro Guimarães, representante do IEF, informou da realização de um estudo pela BHP, por fora das ações da Renova, e os resultados obtidos se divergem dos resultados contidos nos relatórios da Econservation e das expedições realizadas pelo ICMBIO, relatando que esses estudos devem ser incorporados aos já realizados pela Renova. O Sr. Bruno Pimenta explicou que existem outras ações judiciais contra a Vale e BHP e essas empresas buscam novos estudos para responder à essas ações, às vezes esses estudos são mostrados para a Renova a fim de discussão e contribuição, mas são processos diferentes.

Em relação ao item 1.2 de pauta - Nota Técnica nº32/2018/CEPTA/DIBIO/ICMBio, o Sr. Leandro Chagas informa que foi solicitado ao CEPTA a emissão da NT nº 32/2018 - Avaliação do documento Programa de monitoramento da ictiofauna do rio Doce nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A Sra. Rosemary Oliveira, representante do CEPTA/ICMBio, relatou que recebeu o documento para análise em outubro de 2018 e posteriormente uma atualização em novembro, a avaliação foi realizada e entregue no dia 21 de dezembro, e no geral, para essa avaliação, o Plano de Trabalho foi consultado e seguiu o foco do TR, que era dar um suporte para a avaliação das espécies. Informa que tiveram 3 pontos de destaque que foram considerados problemáticos: a falta dos dados secundários; os dados que devem ser entregues ao IBAMA devido à notificação deste órgão (coletas mensais), e que esses dados poderiam ser utilizados para suprir as demandas trimestrais solicitadas pelo TR como dados secundários; o último ponto é que foi pouco discutido a questão do impacto em si, a interação dos barramentos, pesca e outros com o impacto. A Sra. Mara Pais, representante do CEPTA/ICMBio, completa informando que a vistoria da coleta de dados pela Econservation já havia apresentado problemas metodológicos, que as coletas foram feitas de modo a desejar, e que a consideração e utilização desses dados acarreta em um relatório que não fornece as informações que se precisa para a tomada de decisão, por isso foi pedido um complemento dos dados para minimizar esse problema. O Sr. Vinícius Lopes, representante do IEMA, questiona se os dados do relatório foram validados. O Sr. Leandro Guimarães relata que a interpretação de dados no relatório está nebulosa, faltou atribuir a causa dos impactos e uma comparação mais clara entre a área de referência e a impactada, pois isso está confuso no texto. Informou ainda que a avaliação proposta na Cláusula 164, alínea a, deveria subsidiar outros estudos e mesmo assim a discussão deve-se pautar qual a saúde do histórico pesqueiro na biodiversidade, trazendo tudo isso de forma mais clara. O Sr. Frederico Martins, representante do ICMBio, questiona qual a premissa das informações e fonte dos dados foram utilizados para a tomada de decisão e da necessidade de utilizar variáveis para comparar o impacto. O Sr. Bruno Pimenta esclarece que a coleta mensal é para atender à notificação do IBAMA, e coletas trimestrais para atender a alínea a da cláusula 164 do TTAC, e por isso devem ser entregues dois relatórios separados, informando que foi priorizada a entrega do relatório do TTAC devido ao prazo da Deliberação nº 51. Informa que o relatório anual referente à notificação do IBAMA está atrasado devido aos atrasos da empresa contratada, mas está em processo de elaboração, e por isso a base de dados ainda não está toda disponível. Informa que os objetivos específicos do TR não dão ênfase à avaliação de impacto e como a questão dos dados secundários foi considerada falha ela pode ser melhorada, mas existe uma dificuldade de se juntar esses dados para responder à questão do impacto após o rompimento. Quanto à avaliação do impacto, fica receoso em solicitar uma nova discussão já que no passado o TR1 pedia uma avaliação atual da bacia. O Sr. João Carlos esclarece que inicialmente houve uma notificação do IBAMA e depois tentou-se reduzir o número de coletas, que o estudo das coletas de abril de 2017 até abril de 2018 foi entregue em novembro de 2018 e não obtiveram dados bons, sendo assim a NT pede a inserção de dados mensais presentes na Notificação IBAMA, com a necessidade de avaliar como esses dados foram validados. A Sra. Nilcemar Bejar, representante do IEF, sugere integrar esses dados com os do relatório. A Sra. Laila, representante da Renova, resgata algumas definições informando que a notificação do IBAMA foi separada do relatório do TTAC pois são outros grupos de análises e não conseguiu unir as duas coisas no processo. Relata que as falhas do processo das vistorias já foram discutidas e apresentados relatórios, que o maior problema da coleta da ictiofauna foi a utilização das redes danificadas no momento das coletas, mas é sabido que houveram falhas e prejuízos no processo. Relata que os responsáveis técnicos já responderam que, sobre essas lacunas, não houveram descarte de materiais. O Sr. João Carlos frisou da necessidade de trazer os estudos da BHP para conhecimento e a necessidade de aprimorar o relatório entregue pela Renova. O Sr. Leandro Guimarães relata a importância de integrar os estudos, para o IBAMA e para o TTAC, e o Sr. Bruno frisou que reconhece a importância dessa integração, inclusive com a integração de dados secundários. Todavia, ressaltou que a entrega de dois produtos continua existindo. O Sr. Abílio, representante do Centro Rosa Fortini, questiona que vários estudos são feitos mas o resultado da qualidade

do pescado não é apresentado, e desta forma, não atende às demandas originárias dos atingidos. O Sr. João Carlos informa que a ANVISA deve responder à questão do pescado em relação a qualidade deste para consumo. O Sr. Frederico Martins, representante do ICMBIO, critica a demora em apresentar os resultados enquanto a comunidade fica refém da incerteza, por isso sugere partir para o próximo passo com os estudos que já se têm. O Sr. Leandro Guimarães frisou que para avançar é preciso quebrar o encadeamento entre as alíneas das cláusulas e executar a alínea “b”, independentemente de ter a alínea “a”, perguntando em quanto tempo o relatório final será entregue. O Sr. Vinícius afirmou que não se deve basear em estudos falhos e sugeriu passar para a alínea “b” somente quando tiver os dados reais. O Sr. João Carlos afirmou que a tomada de decisão deve avançar e pede à Renova celeridade com o relatório final. A Sra. Laila relatou que não vê como a integração dos relatórios pode avançar com o tema, devendo cumprir o que foi solicitado na Minuta de NT. Informou ainda que o impedimento para se contar o prazo é que os resultados da alínea “a” estão correlacionados com a alínea “b”. O Sr. João Carlos Relatou que a CT tem autonomia para sugerir um avanço da Renova na Cláusula, e fica encaminhado que o CEPTA irá compilar as informações por meio de uma Minuta de NT da CTBIO, com contribuição dos órgãos ambientais até o dia 31/01, para apresentação e aprovação na 31ª Reunião Ordinária da CTBIO (4 e 5 de fevereiro), contendo a proposta de início imediato dos trabalhos da alínea “b” e assim que finalizado, a coordenação da CTBIO enviará a NT para a Fundação Renova. Adicionalmente, foi definido encaminhamento à Fundação Renova para a reapresentação do relatório, em 30 dias. A Fundação Renova deverá abarcar a integração dos dados gerados mensalmente (que cumpre a Notificação do IBAMA), com os dados trimestrais (gerados no âmbito do TTAC). Também foi solicitado que seja informada qual foi a interação do barramento no rio (relacionar os dados com o impacto), por exemplo, e que incluam os dados gerados logo após o desastre, pois detectou-se que estes não foram contemplados.

Em relação ao item 3 de pauta, Cláusula 167, a Sra. Daniela Amorim, representante da Renova, apresentou o projeto conceitual do CETAS/MG. O representante da Renova, apresentou o terreno, topografia, localização dos prédios, simulação da entrada dos caminhões, viveiros, perspectivas e flexibilidade das estruturas. A Sra. Daniela informou que a parte conceitual do projeto se encerrou em dezembro de 2018 e está trabalhando na entrega do projeto arquitetônico, orçamento e cronograma atualizado, informando que esses pontos serão entregues em março. A Sra. Juliana informou que o orçamento que se tem ainda apresenta margem de 30% de erro e está trabalhando para apresentar um orçamento mais preciso. Quanto ao CETAS/ES, a Sra. Juliana informou que realizou uma reunião no dia 12/12/2018 com a Renova e equipe topográfica no ES, com visita na área e a Prefeitura solicitou um levantamento topográfico na área pois a intenção era fazer uma doação do terreno. Frisou que o levantamento está previsto para a primeira semana de fevereiro e que a indefinição do local ocorreu pois foram 3 opções de áreas para doação. O Sr. Josiano, representante do IBAMA/ES, informou da invasão no terreno devido à extensão do quintal de algumas residências, mas que essa invasão não atrapalhará em nada o projeto. A Sra. Juliana frisou que por todos os motivos discutidos anteriormente não terá como cumprir o prazo do CETAS/ES, da mesma forma, o Sr. Bruno Pimenta relatou que existe uma demanda do TTAC que deve ser cumprida e o encaminhamento era de respeitar a posição do IBAMA, solicitando ao Sr. Josiano a confirmação da área para limpeza e mobilização da equipe de topografia no dia 04/02, frisando que devido a essas indefinições do local a mobilização dessa equipe poderá ser adiada novamente. Sendo assim, o Sr. João Carlos deixou encaminhado que a CTBIO irá provocar uma reunião para a semana que vem com a participação da Renova, IBAMA/ES e IEMA para tratar e finalizar a questão do terreno do CETAS/ES, devendo avisar e pautar para a reunião do CIF informes sobre os atrasos, com a possibilidade de tirar um encaminhamento sobre o tema. O Sr. Junio, representante do IBAMA/MG, frisou a necessidade do compartilhamento da estrutura do CETAS com outros órgãos estaduais, trazendo retorno à população e ao meio ambiente.

Em relação ao item 4 de pauta, Cláusula 168, o Sr. Bruno realizou o follow-up das ações, relatando que a primeira campanha de avaliação ecológica rápida de Herpetofauna da estação chuvosa foi finalizada em 20 de dezembro. Alertou que um proprietário de Linhares/ES ameaçou a equipe contratada da Renova Bicho do Mato e da gerenciadora com armas, além de furar os pneus dos carros dessas empresas, durante uma coleta dos transectos próximos da propriedade do mesmo, mas que tudo estava devidamente autorizado. Informou ainda que foi enviada uma consulta aos membros do GAT sobre o relatório final do Plano de Ação para conservação da biodiversidade, conforme solicitado na última reunião da CTBIO, e a organização das ações para iniciar as tratativas necessárias às contratações e execução. O Sr. Mauro informou de um relato de risco de incêndio ocasionado por um tipo de armadilha para capturar invertebrados, usando lâmpadas UV com conversor e Pensilvânia. O Sr. Bruno sugeriu e foi acatado pelos membros que a solução deve ser rápida, e as lâmpadas devem ser substituídas pelo tipo Malaise. A Sra.

Juliana informa que ficou definido na 28ª Reunião da CTBIO, porém não registrado, que os grupos não amostrados nos transectos de Mariana serão amostrados em uma campanha extra ao final do monitoramento. O Sr. Bruno informa que fica preocupado com a equipe de campo que trabalha a noite próximo à propriedade do responsável por essas ameaças registradas acima. O Sr. Vinícius perguntou como será o prazo para análise do Plano de Ação pelo GAT e o Sr. Mauro informou que o GAT realizou pequenas modificações no Plano e submeteu à CTBIO, mas fará uma nova manifestação até o dia 30/01 e a Renova deverá apresentar a planilha atualizada na próxima reunião da CTBIO. O Sr. Bruno relatou que o relatório síntese e a matriz de indicadores e metas já foram apresentados na CTBIO e a única diferença desses documentos com o que está nas mãos do GAT é a planilha matriz de alteração dos recursos compensatórios e reparatórios. Quanto à revisão do Plano de Trabalho com as alterações propostas pelo Sr. Diogo, o Sr. Vinícius informou que a CTBIO solicitou à Renova a apresentação dos novos planos de trabalho, mas não se pode anular algo que foi definido no CIF, solicitando um histórico mostrando todas as alterações. Da mesma forma, o Sr. Leandro Chagas relatou que os novos técnicos e analistas que irão trabalhar na CTBIO/CIF devem ter um histórico de alterações para entender o que já foi feito. A Sra. Juliana informou que pode rever os itens alterados nos Planos de Trabalho e apresentar as modificações realizadas, ficando encaminhado que a Sra. Juliana apresentará uma versão atualizada do Plano de Trabalho até o dia 04/02 com as alterações e histórico das mesmas, esse Plano de Trabalho entrará como ponto de pauta para a 31ª Reunião ordinária da CTBIO e a ata dessa reunião irá aprovar esse PT.

Em relação ao item 8 de pauta - Esclarecimentos sobre medidas estratégicas de acompanhamento do contrato da RRDM informadas em reunião entre o governo do ES e a Fundação Renova em 12/07/2018, quanto à contratação de empresa de consultoria ambiental para gerenciamento/fiscalização do contrato, o Sr. Bruno relatou que essa consultoria contratada tem 2 atribuições principais: (i) ajudar a gestão de contratos no recebimento de toda a documentação da parte administrativo/financeiro, e (ii) fiscalização dos colaboradores do andamento das atividades. Essa fiscalização em campo tem caráter de verificação e orientação e não punitiva, mas em caso de risco iminente a atividade é paralisada. Relatou ainda que existem 2 critérios para paralisação das atividades: o risco crítico eminente e orientador, no caso de orientar a utilização de equipamentos de segurança. Quanto a contratação de um grupo especialista para realizar um Peer review, para avaliação dos produtos da RRDM, o Sr. Bruno informou que irá receber um volume muito grande de informação e é inviável colocar todos os especialistas responsáveis para analisar os relatórios, e essas contratações são necessárias para analisar se as informações atendem aos Planos de Trabalho. A Sra. Thatiana Cappi, representante do IEMA, questionou se esses relatórios terão que ser analisados pelos membros da CTBIO, uma vez que os órgãos ambientais, que apoiam a CTBIO nas análises dos documentos não contam com estrutura suficiente para análise de grande volume de documentos a serem gerados com essa demanda. O Sr. Frederico Martins informou que é melhor receber os documentos diretamente da RRDM e que não vê necessidade de controle por parte da Fundação Renova, logo, não verifica a necessidade de um Peer review com essa finalidade. A Sra. Laila relatou que a responsabilidade dos dados de monitoramento entregues é da Fundação Renova e a RRDM foi escolhida devido à transparência e confiança dos documentos entregues, o Peer review qualifica as entregas da Renova, uma vez que ocorreram relatos de erros na entrega de documentos diretamente da consultoria para os órgãos ambientais e que a Renova é responsabilizada. Da mesma forma, o Sr. Bruno relatou que a Renova tem o direito de conferir se o que foi contratado está trazendo os resultados esperados. O Sr. Junio, representante do IBAMA, frisou que essa discussão é desnecessária e que a Renova pode contratar quem ela entender necessário para avaliar os seus estudos. A Sra. Sara Juarez, representante da Renova, relatou que a Renova não é uma instituição que fomenta a pesquisa e ela deve entregar respostas, e caso as respostas não estiverem sendo entregues o assunto deve ser analisado. O Sr. João Carlos relata que irá resgatar as premissas de entregas da FEST/UFES/RRDM e se elas devem ser feitas diretamente ou não para a CTBIO, informando que levará a questão ao CIF para analisar se os relatórios devem ser entregues paralelamente ou somente os dados brutos, uma vez que a premissa da contratação da Rede Rio Doce Mar foi a apresentação concomitante dos relatórios à CTBIO. Quanto à contratação da Aplysia para discussão dos estudos sobre o pescado, O Sr. Bruno informou que em determinado momento viu a necessidade de ver o que estava sendo produzido sobre o tema, por isso a contratação, e a Sra. Sara frisou que os documentos em questão são para subsidiar a RRDM, mas os mesmos estão disponíveis e podem ser entregues para a CTBIO. O Sr. João Carlos informou a Renova pode fazer quaisquer estudos paralelos para ampliar os resultados internos e que irá solicitar à Renova os documentos e relatórios da questão do pescado realizados pela empresa Aplysia.

Em relação ao item 9 de pauta, a questão da Minuta de NT com as atividades executadas pela CTBIO no ano de 2018, bem como o status de cumprimento dos programas socioambientais previstos no TTAC, o Sr.

Leandro Chagas relatou a necessidade de apresentar o status de atualização dos programas e sugestão do cronograma, que já foi pedido para a Renova um histórico de documentos gerados desde 2016. Relatou também que foi gerada uma minuta de informação técnica para complementação dos pontos focais das cláusulas. Por isso solicitou que cada ponto focal apresente uma proposta para cumprimento de prazo e que coloque o entendimento do que aconteceu e o que será feito relativo ao tema, colocando também uma nova proposta para adequação dos prazos. Os pontos focais devem contribuir para essa NT até o dia 31/01. O Sr. João Carlos frisou que as novidades dos trabalhos permitiram elaborar novos prazos, agora factíveis de serem cumpridos pois há o conhecimento das ações que devem ser feitas. O Sr. Vinícius afirma que a CTBIO deve ter um momento interno e alguns documentos não devem ser compartilhados com a Renova.

Em relação ao item 10 de pauta, discussão sobre o Plano de Trabalho de amostragem de biodiversidade pela Lactec, o Sr. Leandro Chagas informou que a apresentação em questão já foi realizada mas pergunta como estão os trabalhos da Lactec. O Sr. Bruno informou que foi discutida a cláusula de confidencialidade e a CTBIO ficou responsável de tratar a questão com o Ministério Público e a Renova com a Samarco. O Sr. Mauro informou que o encaminhamento é nesse sentido e esses contatos devem ser feitos para uma apresentação do andamento dos trabalhos na CTBIO.

Em relação ao item 11 de pauta, informes sobre o GT-Pesca, o Sr. João Carlos relatou que na última reunião do GT saiu a demanda de um plano de comunicação para enfrentar o período de Piracema e o plano era tratar a questão do pescado mas ninguém tem segurança de falar se o mesmo está contaminado ou não. Foi possível trazer a ANVISA e os dados do professor Adalto foram enviados para essa Agência, os membros estão aguardando resposta. Porém a ANVISA utilizou padrões de médias do país e mas a bacia em questão é muito maior, e os níveis de contaminação devem ser tratados na CT Saúde. Informou que recebeu o convite da Renova para a participação de um Workshop com o tema estatística pesqueira e convidou o IEF e o IEMA para discussão do tema. Relatou que o tema Pesca é muito abrangente e que de 2 mil pescadores cadastrados passaram para 20 mil pescadores, e o tema não é somente responsabilidade da Renova, frisando que mesmo com a proibição da pesca não há fiscalização e a pesca continua a ser feita. Em relação ao item 12 de pauta, informes sobre a Área Ambiental 1, o Sr. João Carlos relatou que cada CT deverá analisar a ata da reunião e trazer informações e contribuições para a próxima reunião Intercâmaras do CIF. O Sr. Leandro Chagas apresentou dois ofícios recebidos da Defensoria Pública do ES para a CTBIO e ICMBIO para informações sobre o impacto na região Norte do ES, ele sugeriu que os membros da CTBIO elaborassem uma resposta em comum. O Sr. Carlos Cenachi sugeriu levar a questão no âmbito do CIF. O Sr. Leandro Chagas solicitou que cada órgão ambiental da CTBIO indique 2 representantes para tratar desse tema em um GT temporário, enviando o nome e e-mail desses representantes para a coordenação da CTBIO até o dia 25/01.

Em relação ao item 2 de pauta, Cláusula 165, o Sr. Bruno Pimenta apresentou o follow-up das ações e informou que, sobre a notificação IBAMA 678311-E, está recebendo os capítulos e que iniciou a revisão destes. Sobre a continuidade do monitoramento (Anexo 2 do TR4), relatou da paralisação das atividades entre maio e novembro de 2018 devido ao término do contrato com a Econservation e que a empresa CP+ já foi contratada. Sobre o monitoramento de tartarugas marinhas, aguarda retorno da CT se os próximos relatórios devem sofrer alterações, relatando que a PROTAMAR informou um aumento na desova das fêmeas comparada ao período de 2017. Sobre o acordo de cooperação FEST/UFES-RRDM, informou que os últimos documentos gerados foram enviados para a CTBIO no dia 18/09/2018. Sobre a Cláusula 165 na porção mineira, informou que a chamada do convênio FAPEMIG foi publicada em 10/11/2018 e evento de abertura em 12/12/2018. Sobre a Deliberação 212, contratação da RRDM, relatou que foram realizadas 2 reuniões de alinhamento e a proposta acordada gerou minuta de NT 19/2018, informou que a FEST/UFES-RRDM finalizou encaminhamento de proposta em 10/01/2019 e a proposta está em fase de análise. O Sr. Vinícius Lopes sugeriu que a CTBIO envie manifestação ao CIF para cobrar os resultados pois caso o processo atrase a Deliberação não será cumprida, alertando que os trabalhos em campo se iniciem no dia 15/02, informa que a Renova deve ser comunicada para dar celeridade e não se perder o período chuvoso. Sugeriu realizar o comunicado até o dia 24/01 para o assunto ser pautado na reunião do conselho nesse mesmo dia. Quanto à Nota Técnica contendo Análise técnica do Plano de Trabalho do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática da Área Ambiental 1 (SEI 3611283) elaborado pela Rede Rio Doce Mar – RRDM/FEST, o Sr. Leandro Chagas informou que a NT está em processo de finalização, que após análise do Coordenador da CTBIO a coordenação da Câmara procederá com o cadastro no SEI até o dia 31/01 para assinatura dos membros. Quanto à apresentação do banco de dados, o Sr. Vinícius solicita uma data de entrega do banco de dados pois em 6 meses após o início dos trabalhos a Renova deve apresentar o banco de dados para as ações da biodiversidade. O Sr. Bruno Pimenta informou

que já se tem um banco de dados bem estruturado e aguarda a apresentação de uma proposta oficial e Plano de Trabalho de um software já usado por alguns órgãos ambientais por uma empresa encontrada no mercado, frisando que a proposta apresentada anteriormente é satisfatória. A Sra. Laila informou que já foram apresentadas explicações e realizados treinamentos para os técnicos dos órgãos acessarem os arquivos da Renova, o Sr. Vinícius Lopes frisou que a proposta de utilização do ARCGIS no TR4 é antiga e seria em caráter provisório. O Sr. Mauro informa que o prazo para a entrega desse banco de dados é em março de 2019 e o Sr. Bruno informou que em março terá apenas a proposta apresentada pela empresa para a Renova, e que premissas básicas do banco é a utilização de softwares livres e construção da solução junto aos órgãos ambientais. O Sr. Leandro Chagas frisou que a discussão do banco de dados é antiga e discutida em outras CT's e que inclusive que já subiu ao CIF, tendo a necessidade de discussão com outras CT's. Perguntou como está a questão do acesso dos dados pelos técnicos atualmente. O Sr. Bruno informou que o ARCGIS é alimentado frequentemente com dados, que o sistema permite baixar e importar esses dados e que houveram treinamentos com disponibilização de apostilas e senhas de acesso. Complementando, a Sra. Laila frisou que após os treinamentos realizados o ARCGIS não foi acessado e utilizado, mas pode vir a apresentar tudo de novo para novos acessos pelos técnicos dos órgãos. O Sr. João Carlos deixou encaminhado que na próxima reunião da CTBIO sejam apresentadas as propostas do banco de dados pelos responsáveis de T.I. da Renova e dos órgãos ambientais da CTBIO e possivelmente do responsável da T.I do CIF, sugerindo um recadastro dos membros no sistema ARCGIS. A Sra. Laila relatou que a Renova já apresentou na CTBIO a equipe de T.I., porém não houveram contribuições sobre o tema, e que não pode se falar que a Renova não fez nada a respeito. Sobre a NT de autorização de coleta em campo da empresa CP+, a Sra. Laila informou que entrou em contato com a Sra. Thatiana e a mesma informou que a Minuta foi elaborada e enviada à coordenação da CTBIO em dezembro de 2018, todavia, a equipe de coordenação estava em férias e o documento não foi repassado para os demais membros contribuírem, bem como a Sra. Amanda do IBAMA/Vitória, responsável pela emissão da ABIO.. A Sra. Karina informou que o documento está parado, mas disponível no repositório. O Sr. João Carlos deixa encaminhado que a coordenação da CTBIO envie o documento para a Sra. Amanda e membros da CTBIO para contribuições e assinaturas até o dia 31/01 e anexo no SEI até o dia 01/02. Além disso o coordenador da CTBIO ampliou a autonomia dos membros autorizando-os à remeter documentos sob sua responsabilidade para os demais membros contribuírem, bem como demais ações que dependam da inter-relação dos membros, Fundação Renova, Rede Rio Doce Mar entre outras instituições. Em relação à apresentação da RRDM sobre o banco de dados o Sr. Edimilson, representante da RRDM, relata que o acordo de cooperação envolve a gestão de dados coletados e o cuidado inicial era entender todo o volume desses dados e lidar com eles por um plano de gestão. O Sr. Paulo Marques, representante da RRDM, iniciou a apresentação e explicou as 5 camadas da estruturação de dados: 1º a origem dos dados, 2º armazém dos dados; 3º repositório dos dados; 4º banco de dados e 5º análise dos dados. O Sr. Vinícius relatou que a estrutura apresentada não é possível de ser operacionalizada pela CTBIO ou pelos órgãos por falta de estrutura. O Sr. Edimilson frisou que o que está sendo feito pode ser útil para todos devido à metodologia utilizada e que isso é um suporte para a Renova entregar os dados para os órgãos. O Sr. Alex, representante da RRDM e participando por videoconferência, relatou que entende a angústia de não ver os resultados do que está sendo feito, e que nos próximos dias apresentará um levantamento completo do que já foi feito. O Sr. Paulo informou que os softwares não precisam de licença e os pagos podem ser substituídos e que é necessário estimar o tamanho dos servidores, e depois de pronto uma equipe de 2 ou 3 pessoas consegue suportar a estrutura do sistema. O Sr. Jorge Dergan, representante da RRDM, relatou que estão sendo priorizados esforços para cada ponto de coleta e que o Excel está auxiliando na organização das espécies, na parte de formalização de dados é possível comparação com outras coletas e dados secundários. Relatou ainda que todas as espécies estão registradas com as etiquetas e quem quiser fazer a revisão pode colher os dados, informando que existem muitas coletas que estão sendo encontradas informações diferentes, com espécies em locais diferentes e muitas perguntas ficam em alerta, e o último objetivo é tornar os dados públicos. O Sr. Alex relatou que o tema validação dos dados está sendo tratado de duas formas: quanto à qualidade do dado está sendo feita uma calibração dos equipamentos dos diferentes laboratórios e uma metodologia está sendo seguida; existe uma validação interna de cada laboratório em suas análises e um controle de qualidade rigoroso. O Sr. João Carlos informou que ao final do trabalho os dados serão apresentados em um seminário e o tema se encerrou. Em relação ao edital FAPEMIG a Sra. Laila informou que recebeu um e-mail da FAPEMIG pedindo a aprovação da retificação que será publicada, colocou que o prazo de submissão da proposta será prorrogado e existe a necessidade de retificar os prazos. O Sr. Leandro Guimarães informou que a FAPEMIG pediu para retificar o prazo para o dia 28/02. A Sra. Laila relatou que o documento físico não tinha data oficial de publicação e o prazo deveria ser contado a partir da publicação. Informou ainda que a FAPEMIG irá discorrer do limite

dos valores das propostas, que o TR4 não é um critério de seleção de propostas e que não há a obrigação de incorporar qualquer método dos demais estudos desenvolvidos pela Renova ou pela RRDM nas propostas da Fapemig. O Sr. Leandro Chagas relatou que a CTBIO foi informada da divergência de valores limites para o edital e essa limitação deve ser discutida, pois o teto de R\$15 milhões não pode inviabilizar o cumprimento da Cláusula 165. O Sr. Leandro Guimarães pontuou que não existe limite para recursos reparatórios, que o valor do edital foi estipulado a partir de um orçamento grosseiro da Renova para implantar os Anexos 1 e 2 do TR4 por exigência da Fapemig de que houvesse um valor específico, que o escopo do edital é mais amplo do que os Anexos 1 e 2 do TR4 e que esse valor só foi admitido porque se acordou que ele poderia ser complementado, algo que constava explicitamente das versões originais do Edital, mas que foi suprimido por Renova e Fapemig na versão final. Informou ainda que o Edital estipula o limite global de R\$ 15 mi, não estipula limite por proposta de modo que cada proposta pode chegar a R\$ 15 mi, interpretação partilhada pela própria Fapemig, estipula que cada proposta deve abarcar uma única linha temática e não estipula a obrigação de que todas as linhas temáticas sejam financiadas. Defende que, em caso de aprovação de projetos em todas as linhas e esgotamento do recurso sem que todas as linhas sejam financiadas, a Renova deve contratar diretamente as ICT selecionadas para garantir a completude das linhas e aditar seu convenio com a Fapemig para inclui-las no processo de avaliação por pares a ser conduzido por ela. Reiterou ainda que a obrigação da Renova de fazer o monitoramento não desaparece se o recurso não for suficiente para todas as linhas temáticas e que a forma mais ágil para se garantir a completude é fazer a contratação das ICT selecionadas pela FAPEMIG. O Sr. Bruno Pimenta informou que na época não tinha ideia de limites de valores, que a FAPEMIG informou de um problema operacional nessa época e um limite foi estipulado. Informou que como o recurso já foi posto é preciso encontrar a melhor maneira de responder às perguntas utilizando esse limite, devendo seguir o critério utilizado pela FAPEMIG e que não está prevista uma contratação por fora do Edital. A Sra. Laila relatou que era preciso um valor limite para montar a proposta e sugere andar com o tema para ver como serão os desdobramentos e rearranjos necessários. Informou também que os profissionais da FAPEMIG irão adaptar a melhor proposta de trabalho ao valor limite. A Sra. Nilcemar relatou que na proposta da CTBIO não tinha esse teto e que se o edital não tiver alguma linha não respondida devem ser buscadas novas alternativas e já se pensar nas possibilidades antes que o teto estoure. O Sr. Junio informou que o edital deve seguir da forma como foi acordado e obedecer ao valor que foi colocado com economicidade, adaptando o projeto ao valor limite. O Sr. Vinícius Lopes informou que a Cláusula é reparatória e não tem limite de gastos e esse teto é para esse edital, não para toda a Cláusula. O Sr. Frederico informou que a FAPEMIG é uma instituição com experiência e é preciso esperar as propostas acontecerem para decidir posteriormente o que será feito. O Sr. Bruno Pimenta relatou que as premissas iniciais eram que a FAPEMIG era capaz de fazer isso e caso o recurso não dê devem ser traçadas novas estratégias com a CT. O Sr. Leandro Guimarães relatou que o IEF defende que seja utilizada a contratação direta como estratégia caso o recurso do edital não seja suficiente e houver propostas selecionadas em todas as linhas. O Sr. Bruno Pimenta informou que os R\$15 milhões serão limitadores do processo de contratação.

Em relação ao item 5 de pauta, Cláusula 181, a Sra. Laila informou que existem duas oficinas de diagnóstico se iniciando em Governador Valadares e 6 UC's serão avaliadas, informou que estão sendo feitos ajustes nas datas das próximas oficinas e o cronograma será divulgado nos próximos dias, pois foram solicitações de alguns coordenadores das UC's que essas oficinas fossem realizadas após o período de Carnaval. Informou ainda que pode convidar a CP+ para apresentar o plano de trabalho. A Sra. Nilcemar informou que na proposta estava acordado a apresentação de um documento antes da elaboração da oficina para uma participação mais efetiva e esse documento ainda não foi enviado. A Sra. Juliana informou que o documento será enviado ainda essa semana, por meio de link para download. O Sr. Vinícius Lopes relatou que o governo do ES está questionando a avaliação das UC's, pois a cláusula está muito atrasada, que ano passado não foram realizadas as oficinas e que uma avaliação dessas Unidades 4 anos depois do ocorrido não trará um resultado adequado. O Sr. Bruno Pimenta informou que ocorreram várias solicitações dos gestores das UC's para adiar as oficinas. O Sr. João Carlos informou que os dados pretéritos e os relatórios de impacto devem ser incorporados aos estudos que estão sendo feitos nas UC's. A Sra. Laila informou que existe um documento com todo o histórico e processos de negociação do Plano de Trabalho, construções conjuntas, inserção de Unidades, e que entende que houve uma demora, mas tem todo o plano de construção.

Em relação ao item 6 de pauta, Cláusula 182, o Sr. Bruno Pimenta realizou o follow-up das ações e sobre o PERD, relatou que foram realizadas visitas ao Parque com apoio de estrutura para análise de estruturas existentes, que o relatório da visita está sendo realizado e existe uma reunião agendada com o IEF. A Sra.

Nilcemar informou que existe bastante consenso sobre o Plano de Trabalho da Cláusula mas está aguardando a nova transição da diretoria do IEF para envio do Plano final atualizado, faltando apenas pequenos detalhes. Ela relatou ainda que a APA Lagoas Marginais foi criada em 1999 e não existia a delimitação da área, que a APA tem validade jurídica e que está aguardando uma posição do diretor, por isso pede que qualquer discussão sobre Lagoas Marginais seja adiada para se ter uma posição da diretoria do IEF. O Sr. Bruno relatou que, sobre REVIS Santa Cruz, foi assinado um acordo de cooperação entre o ICMBIO e a Renova em dezembro de 2018 e o planejamento executivo do PT começou a ser construído. A Sra. Laila informou que o ICMBIO encaminhou o ofício das pessoas que conduziram o processo e que o Sr. Roberto informou que outras pessoas do ICMBIO farão parte da equipe. O Sr. Frederico relatou que a parceria realizada no REVIS Santa Cruz foi muito bem realizada e lá poderá ser vista uma UC bem estruturada. O Sr. João Carlos relatou que a terceira ação da cláusula é a criação da UC na foz e que a Renova aguarda essa ação, que o processo já se iniciou e aguarda a realização da audiência pública. Relatou ainda que foi realizada uma reunião com o setor camaroneiro e que o próximo passo é a estruturação com o governo estadual.

Em relação ao item 7 de pauta, relacionado com as Lagoas Marginais, o Sr. Vinícius Lopes informou que a equipe de flora do IEMA apresentou uma NT sobre o tema, colocando que a maioria das lagoas não são naturais e foram criadas pelos garimpos, e após o desastre a maioria das lagoas foram soterradas. Relatou também que o tema deve ser tratado com a CTFLOR e CT-Rejeitos, ficando encaminhado que a coordenação da CTBIO agendará reunião com essas CT's para tratar do tema Lagoas Marginais. O Sr. Jorge Dergan relatou que trabalhou em Lagoas Marginais a jusante de Candonga e elas eram muito utilizadas por espécies exóticas da ictiofauna, devendo ser retiradas ações mitigatórias ou reparatórias baseadas nos estudos, medindo o que está acontecendo no ecossistema e avaliar com um custo mais baixo para ver o que foi afetado. Informou que os STP's de Candonga tinham um processo de avaliação das espécies após elas subirem as escadas e que são necessários dados anteriores de quais espécies faziam o uso das lagoas e como era o uso para saber quais as medidas devem ser tomadas. O Sr. Gilberto, representante da SEMAD, informou que mesmo sendo de garimpo, as lagoas faziam parte da biota. O Sr. João Carlos sugeriu pautar o tema para a próxima reunião da CTBIO. A Sra. Laila informou que o tema foi pautado ano passado e ficou definido que a CT emitiria uma NT com as informações e contribuições de que não seria ideal fazer as transposições. O Sr. Frederico relatou que optar por não transportar os peixes é uma decisão e que essa decisão pode aguardar por novos estudos para análise se vale a pena ou não essa transposição. O Sr. Bruno Pimenta informou que na reunião citada acima pela Sra. Laila foram apresentados dados de monitoramento e mostrava que poucos peixes subiam as escadas e maior parte eram espécies exóticas, solicitando informações do IBAMA de antes do desastre para definir o que será feito. O Sr. Jorge Dergan relatou que é interessante comparar o que acontecia antes do desastre e que essas atividades devem ser retomadas. A Sra. Laila relatou que passou as informações para o Sr. Leandro Guimarães, solicitando que a equipe de licenciamento trouxesse informações do início do debate do tema, acreditando ser necessária respostas imediatas, uma vez que existia uma demanda emergencial da sociedade sobre a transposição ou não dos peixes. Relatou ainda que a equipe do IBAMA questionou a transposição pois a distância era grande e os indivíduos podiam morrer durante a ação. O Sr. Leandro Chagas solicitou que o Sr. Mauro consulte o Sr. Daniel Crepaldi para saber como está o processo de emissão dessa NT do IBAMA, pois foi acordado que a CTBIO emitisse um entendimento do tema. O Sr. Gilberto informou que essa demanda chegou na CT-Rejeitos e o tema foi pautado para conhecimento do que está sendo feito por parte da Renova. O Sr. Frederico ponderou que a posição da CTBIO deve ser fortalecer a recuperação do ambiente o mais próximo do original possível, e que a ocupação exótica é negativa, por isso existe a possibilidade de reabitar apenas com as espécies nativas, porém não pode esquecer do lado populacional e colocar as espécies exóticas para a pesca. Por fim, a reunião se encerrou às 13:30h do dia 23 de janeiro.

JOÃO CARLOS ALCIATI THOMÉ

Coordenador da CT-BIO/CIF



Documento assinado eletronicamente por **João Carlos Alciati Thome**, Coordenador CTBIO, em 01/03/2019, às 15:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **4666106** e o código CRC **B8277351**.
